



N/Ref. 54/17

Angra do Heroísmo, Maio de 2017

Assunto: Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017.

Caro(s) Associado(s),

O Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A de 13 de abril de 2017 aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017 onde, para além de prever a disciplina orçamental a adoptar no ano de 2017, no que concerne a utilização, gestão, transferências e retenções de dotações orçamentais públicas e, bem como, implementar algumas disposições relativas a trabalhadores do sector público e contratações por parte de empresas do sector público regional, o orçamento veio, também, fixar algumas medidas a nível fiscal, benefícios fiscais e concessão de apoios a projectos com interesse para a região.

Nesse sentido, elencamos as principais alterações:

- **FISCAL**

LUCROS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS BENEFICIÁRIOS DA DEDUÇÃO À COLECTA

Determina-se que os lucros que beneficiarão da dedução à coleta são os que forem reinvestidos: Na promoção turística e na reabilitação de empreendimentos turísticos; Na aquisição de novas embarcações de pesca; Na investigação científica e desenvolvimento experimental (I&D) com interesse relevante; No reforço da capacidade de exportação das empresas regionais e de criação de bens transaccionáveis de carácter inovador; Em investimentos de apoio social de âmbito empresarial; No tratamento de resíduos e efluentes, em energias renováveis e eficiência energética; Aquicultura e transformação de pescado; Na aquisição de veículos automóveis eléctricos ligeiros ou pesados, de passageiros ou mercadorias.

- **BENEFÍCIOS FISCAIS**

São considerados relevantes os projectos de investimento em unidades produtivas em valor superior a 2.000.000€ e que tenham reconhecida e notória relevância estratégica para a economia regional. Sendo que esse limite, é de 400.000€ nas ilhas do Corvo, Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria e 200.000€ no caso de projetos de investimentos relativos a



atividades de biotecnologia marinha e aquacultura, e que, independentemente da sua localização, prevejam em despesas de investigação e desenvolvimento no valor mínimo de 10 % do investimento previsto. O limite será, excepcionalmente, de (euro) 1 000 000 no caso de projetos de investimento que se realizem na ilha Terceira e que criem postos de trabalho.

- **SUBSÍDIOS**

CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS E OUTRAS FORMAS DE APOIO

Sempre que for de interesse público, fica o Governo Regional autorizado a conceder subsídios e outras formas de apoio a entidades públicas e privadas no âmbito das ações e projetos de desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade de vida e que tenham enquadramento nos objetivos do plano da Região Autónoma dos Açores, designadamente para: Proteção civil; Transportes; Construção, reabilitação e equipamento de infraestruturas públicas; Saúde e solidariedade social; Educação e formação; Turismo; Agricultura e pecuária; Aquicultura e transformação de pescado. Fica igualmente autorizado a conceder subsídios e outras formas de apoio a ações e projetos de carácter social, económico, cultural, desportivo e religioso, que visem a salvaguarda das tradições, usos e costumes, o património regional ou a promoção da Região Autónoma dos Açores. Os apoios a conceder poderão assumir a forma de compensação pelos financiamentos utilizados pelas entidades beneficiárias na prossecução dos objetivos inerentes.

- **REGIME JURÍDICO DA ATRIBUIÇÃO DO ACRÉSCIMO REGIONAL AO SALÁRIO MÍNIMO, DO COMPLEMENTO REGIONAL DE PENSÃO E DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR REGIONAL**

DETERMINAÇÃO DO COMPLEMENTO REGIONAL DE PENSÃO

O montante efectivo a abonar é determinado de acordo com as seguintes regras:

- A totalidade para aqueles cujos rendimentos mensais sejam inferiores ou iguais à retribuição mínima mensal garantida;
- 90 % para aqueles cujos rendimentos mensais sejam superiores à retribuição mínima mensal garantida e inferior ou igual a 1,044 desse valor;
- 70 % para aqueles cujos rendimentos mensais sejam superiores a 1,044 da retribuição mínima mensal garantida e inferior ou igual a 696,00 (euro);



- 50 % para aqueles cujos rendimentos mensais sejam superiores a 696,00 (euro) e inferior ou igual a 1.693,00 (euro).

Para estes efeitos, são relevantes os rendimentos mensais de pensão, trabalho e atividade por conta própria.

- **PROCONVERGENCIA**

SUSPENSÃO DA OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO DE INCENTIVO

À semelhança dos últimos anos, mantem-se a suspensão do prazo da obrigação de reembolso de incentivos no âmbito do programa PROCONVERGENCIA, por mais 12 meses;

- **CONTRATOS PÚBLICOS**

CAUÇÃO NOS CONTRATOS PÚBLICOS

Nos contratos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços que sejam celebrados pelas entidades adjudicantes regionais, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário com vista a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, é fixado em 2 % do preço contratual. Nos contratos referidos no número anterior e celebrados após 1 de janeiro de 2017, o valor da caução prestada pelo adjudicatário é reduzido para 2 % do preço contratual, no caso de ter sido exigida caução de valor superior àquele.

O presente diploma produz efeitos a partir de **1 de Janeiro de 2017** e não dispensa a sua leitura, que poderá consultar no site do Jornal Oficial, Diário da República ou no site desta Câmara do Comércio, em www.ccah.eu, através do link: <http://www.ccah.eu/ficheiros/legislacao/1496252939.pdf>

Com os melhores cumprimentos,

A Direção.